

TRECHOS DE LIVROS

POUSO FORÇADO

A história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar

Daniel Leb Sasaki

Capa



TRECHOS DE LIVROS

POUSO FORÇADO

A história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar

Daniel Leb Sasaki

Página 183

"... Mas eu perguntei pela garantia do Banco e eles prometeram me levar no dia seguinte, no meu escritório. Aí, eu fiz pé firme: "Ninguém sai do meu escritório enquanto não aparecer a carta. Fica aqui um refém e os outros podem ir buscar o aval do Banco, porque eu já investi um dinheiro muito grande nisto." Erik de Carvalho saiu para buscar a carta e, logo depois, me telefonou **José Luiz de Magalhães Lins**, que era, então, o diretor do Banco Nacional. O **José Luiz** estava com Erik na sala e me confirmou o aval para o empréstimo. Mas, surpreendentemente, me disse que a condição essencial para o Banco era que eu desse o meu aval.

Eles tinham garantido ao Banco que eu daria meu aval para o empréstimo que tinham solicitado, no valor da operação de compra das ações. O **José Luiz** me disse que só tinha concordado com a operação em função do meu aval..."

(*) Na pág. 342, Apêndice VII, maiores detalhes sobre a narrativa de Celso da Rocha Miranda

TRECHOS DE LIVROS

POUSO FORÇADO

A história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar

Daniel Leb Sasaki

Página 204

“O segundo episódio, também significativo, foi protagonizado por cinco membros do Conselho de Administração da própria Panair, que, sem oferecer grandes explicações, assinaram uma carta de demissão coletiva e deixaram os cargos em 9 de fevereiro de 1965 – apenas um dia antes da cassação das linhas.(*). Glycon de Paiva, do Conselho Nacional de Economia (citado nas denúncias envolvendo Fragoso Pires), **José Luiz de Magalhães Lins**, do Banco Nacional de Minas Gerais, Antonio Carlos de Almeida Braga, do Banco de Estado da Guanabara (um mês depois, depositário dos bens de Simonsen), Manoel Francisco Nascimento Brito, do Jornal do Brasil, e Fernando Machado Portela, do Banco Boavista, não apenas abandonaram suas posições, como, em alguns casos, procuraram a imprensa para confirmar a acusação de que a companhia era mesmo irrecuperável.”

(*) Na pág. 347, a Carta de demissão dos membros do Conselho da Panair.

TRECHOS DE LIVROS

POUSO FORÇADO

A história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar

Daniel Leb Sasaki

Página 342

“Decorridos alguns dias, os srs. Erik de Carvalho e Fernando Osório procuraram o sr. Celso da Rocha Miranda, informando que o Banco Nacional de Minas Gerais não queria assinar a carta de promessa de aval, porque daria o aval definitivo no momento que para isto fosse solicitado. Estranhando o fato e na presença de ambos, o sr. Rocha Miranda telefonou ao diretor do Banco Nacional de Minas Gerais, sr. **José Luiz de Magalhães Lins**, para esta confirmação. Ouviu surpreso do referido senhor que este assunto tinha sido apenas mencionado a ele, mas que teria todo o prazer de examiná-lo, desde que os avais dos srs. Simonsen e Rocha Miranda fossem mantidos. Criou-se, assim, uma situação de constrangimento, pois alguém fugira à verdade. Imediatamente, partiram os dois para um encontro com o sr. **Magalhães Lins**, só voltando no dia seguinte, dizendo ter havido um mal-entendido e que, por este motivo, não mais trabalhariam com o Banco Nacional de Minas Gerais...”

TRECHOS DE LIVROS

POUSO FORÇADO

A história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar

Daniel Leb Sasaki

Página 347

“Apêndice IX (Carta de demissão de membros do Conselho da Panair)

“Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1965.

Ilmo. Sr.

M.D. Presidente em exercício do

Conselho de Administração da Panair do Brasil

Senhor Presidente,

Os signatários da presente, todos integrantes do Conselho de Administração dessa Companhia, vêm por este meio solicitar demissão, em caráter irrevogável, das funções que exercem nesse órgão, pelas razões que passam a expor:

1º) É do conhecimento geral e, particularmente, de todos quanto têm ligações com a nossa aviação comercial, as dificuldades por que vem passando tão importante setor da atividade empresarial brasileira;

2º) A fim de colaborar com a diretoria Executiva da Panair do Brasil, no sentido de atenuar e mesmo afastar tais dificuldades, foi que aceitamos o honroso convite de participar do seu Conselho de Administração, certos de aí poder colaborar com a nossa longa experiência de homens de empresa, ao mesmo tempo, de ao país prestar um serviço, dado o caráter de serviço público igualmente desempenhado pela Panair;

3º) Visando tal objetivo, o primeiro signatário da presente, com o apoio dos demais Conselheiros, propôs fosse solicitado à firma “ECOTEC” um estudo da

situação econômico-financeira das Companhias de Aviação brasileiras e, particularmente, da Panair do Brasil, a fim de que a Diretoria Executiva dessa Empresa pudesse conhecer exatamente da situação dela em si mesma, e na perspectiva da aviação comercial brasileira e, conseqüentemente, enfrentar as dificuldades sem face do crescente déficit de operação que corrói, inexoravelmente, dia a dia, a situação grave em que se encontra a Companhia, ameaçada de iminente colapso financeiro;

4º) Em 14 de dezembro de 1964, o segundo signatário da presente teve a honra de submeter à apreciação de V.S., exposição abordando, por sua vez, a situação geral da Companhia, cuja situação financeira já lhe parecia fatal a esse tempo para a recuperação, no plano técnico, da segurança de voo indispensável à sobrevivência da Empresa. Essa exposição, em anexo, fica fazendo parte integrante da presente;

5º) Problemas dessa magnitude só serão resolvidos com a plena compreensão das Autoridades Monetárias do País, e dos bancos governamentais, fiadores da Panair, pois só o Governo Federal dispõe de crédito no volume exigido para a continuação da Companhia, que cumpre sobreviver como empresa que presta serviço público inestimável, sem que necessariamente perca o seu caráter privado. Caso adotada essa solução devem-se, naturalmente, esperar modificações importantes na composição da Diretoria, originárias desses poderes;

6º) Por conseguinte, reconhecendo a inocuidade de nossos esforços no Conselho de Administração, com as limitações de que os Estatutos da Companhia impõem às nossas intervenções na administração direta da Sociedade, não vemos como poderemos ser úteis a ela na solução de problemas tão angustiantes e graves;

7º) Assim, não nos sendo possível estatutariamente agir e não nos sendo conveniente assistir aos problemas sem sobre eles atuar e por eles responsabilizarmos, reafirmamos mais uma vez a nossa decisão;

8º) Por todas as razões acima enumeradas fica certo que a partir desta data não mais pertencemos ao Conselho de Administração da Panir do Brasil, uma vez que o nosso pedido de demissão é irrevogável.

Finalmente, desejamos esclarecer que o Conselheiro Fernando Machado Portela está integrado dentro do ponto de vista sustentado por nós outros e que só não assina a presente por encontrar-se ausente desta Capital e tão logo regresso formalizará a sua demissão em carta à parte.

José Luiz de Magalhães Lins

Atenciosamente

Glycon de Paiva

José Luiz de Magalhães Lins

M.F. do Nascimento Brito

A.C. de Almeida Braga

TRECHOS DE LIVROS

POUSO FORÇADO

A história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar

Daniel Leb Sasaki

Páginas 446/447

“NOTAS

“ 115 ... José Carlos Fragoso Pires, assessor pessoal do brigadeiro Eduardo Gomes, confirmou ao autor que Antonio Carlos de Almeida Braga e **José Luiz de Magalhães Lins** acompanharam as discussões durante o processo de planejamento da extinção da Oanair. “O Almeida Braga esses conselheiros [da Panair], eram amigos meus pessoais. Eu chamei eles, que eram meus amigos, principalmente o **José Luiz de Magalhães Lins** (...) Eu disse: “Estou com esse problema aqui. Eu vou cassar essas linhas. Agora, eu quero desembarcar vocês do Conselho. (...) Eu fui ao presidente do Banco do Brasil. E desembarcaran. Ninguém sofreu nada. O Celso da Rocha Miranda fazia o seguinte: ele fazia essas sacanagens todas, mas ele não era nada. Na companhia, ele era só acionista. Amanhã, ele ia para a Justiça dizer que o Almeida Braga e o **José Luiz de Magalhães Lins** é que enterraram a companhia. E eu chamei a atenção deles a isso.”